



24 DE MARÇO DE 2015

Terça-feira

- INVESTIDORES PLANEJAM FERROVIA E PORTO DE R\$16 BI PARA MINÉRIOS E GRÃOS NO PARÁ
- S&P AFIRMA RATING DO BRASIL E MANTÉM PERSPECTIVA ESTÁVEL POR CORREÇÃO DE RUMO
- PMI DO HSBC PARA INDÚSTRIA DA CHINA CAI EM MACO A MÍNIMA DE 11 MESES
- IRB BRASIL PREVÊ COMEÇAR EXPANSÃO INTERNACIONAL POR A.LATINA E ÁFRICA
- FOCUS PROJETA IPCA DESTE ANO ACIMA DE 8%
- NÍVEL DE ATIVIDADE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO É O MENOR EM CINCO ANOS
- FUSÃO DA MAZP COM A RODOIL CRIA MAIOR REDE DE COMBUSTÍVEIS DO SUL
- COPEL PLANEJA AMPLIAR TÉRMICA DE ARAUCÁRIA EM 200 MEGAWATTS
- A TERCEIRIZAÇÃO E O MITO DO RETROCESSO
- RISCOS DOS FREIOS À TERCEIRIZAÇÃO
- AUTOPEÇAS: BALANÇA TEM DÉFICIT DE US\$ 1,23 BI
- PIRELLI SERÁ COMPRADA POR CHEMCHINA
- BATERIAS DO NISSAN LEAF TÊM ALTA DURABILIDADE
- SUSPENSYS AMPLIA EXPORTAÇÕES COM VENDAS À ÁFRICA
- PRODUÇÃO DE MOTORES DA CUMMINS DEVE DIMINUIR 16,8%
- FIAT LIDERA RANKING DE VENDAS A PRAZO
- DNI METALS FECHA ACORDO PARA ADQUIRIR PROPRIEDADE DE GRAFITE NO BRASIL

- CONSTRUTORA ODEBRECHT LUCRA R\$ 1,8 BILHÃO EM 2014
- NÚMERO DE CAMPANHAS DE RECALL BATE RECORDE EM 2014 E CHEGA A 120
- GOVERNO VÊ MAIS CACIFE PARA AJUSTE FISCAL APÓS AVALIAÇÃO DA S&P
- FIESP PREVÊ QUE INDÚSTRIA ENCOLHERÁ 4,5% NESTE ANO
- CONSTRUTORAS AFIRMAM QUE AJUSTE FISCAL ELEVOU DEMISSÕES DO SETOR
- SIDERÚRGICAS CHINESAS SE VOLTAM AO EXTERIOR COM AUMENTO DOS PROBLEMAS DOMÉSTICOS
- MUDANÇAS NO CONSELHO DA USIMINAS
- CRUSADER AGUARDA LICENÇA PARA INICIAR OPERAÇÃO EM CAETÉ
- ATIVIDADE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO É A MENOR EM CINCO ANOS, DIZ CNI
- CONSTRUTORAS MANTÊM FOCO NA VENDA DE ESTOQUES EM 2015
- PIB DE 2015 CAI 1% APESAR DE REVISÃO, PREVÊ IBRE
- MERCADO COMEÇA A TIRAR O RACIONAMENTO DO CENÁRIO
- INDÚSTRIA AINDA ESTÁ INSEGURA PARA RETOMAR EXPORTAÇÕES, AVALIA ABIMAQ
- MÁQUINAS EM COMPASSO DE ESPERA
- PORTOS: INVESTIMENTOS SUSPENSOS
- COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS ESTÁ CADASTRANDO FORNECEDORES
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CAI MAIS DE 8% DE FEVEREIRO PARA MARÇO, SEGUNDO FGV
- TOMBINI: SETOR INDUSTRIAL DEVE SOFRER CONTRAÇÃO EM 2015, SERVICOS DEVEM TER ALTA MODESTA

CÂMBIO EM 23/03/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,149	3,149
Euro	3,434	3,435

Fonte: BACEN

Investidores planejam ferrovia e porto de R\$16 bi para minérios e grãos no Pará

24/03/2015 - Fonte: Reuters

Investidores estrangeiros planejam a construção de uma ferrovia de 1,2 mil quilômetros no Pará e de um grande porto no nordeste do Estado para escoar minerais e produtos agrícolas, em uma obra de 16 bilhões de reais, disseram nesta segunda-feira o governo estadual e a empresa responsável pelo projeto.

A ferrovia estadual, que deverá ser uma concessão privada, seguiria um traçado paralelo ao trecho norte nunca finalizado da Ferrovia Norte-Sul, de concessão federal.

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedeme) concedeu à Pavan Engenharia, de São Paulo, autorização para realizar estudos preparatórios que demonstrem a viabilidade da ferrovia ligando sul e sudeste do Pará até o litoral nordeste do Estado, segundo comunicado divulgado nesta segunda-feira.

A futura estrada de ferro, já batizada de Fepasa, deverá ligar áreas de extração de minerais e de produção agrícola a um porto a ser construído no município de Colares, ao norte de Belém, passando pelo porto de Vila do Conde, em Barcarena.

Os investimentos privados previstos para a ferrovia são de 8 bilhões de reais, mais 6 bilhões para o porto e outros 2 bilhões para a construção de um condomínio industrial próximo ao porto.

"Tem já investidores chineses interessados, alemães, porque está todo mundo atrás de infraestrutura", disse à Reuters Renato Pavan, diretor da Pavan Engenharia, responsável pelos estudos e contato com investidores.

A região de Colares foi escolhida porque tem calado natural profundo, permitindo a atracação de navios de grande porte que atualmente não conseguem acessar terminais em Santos (SP) e Paranaguá (PR), por exemplo.

"Quando a ferrovia paraense estiver pronta, ela poderá se ligar à ferrovia Norte-Sul, como acontece no Paraná, onde a ferrovia estadual se liga com a federal. Uma pode complementar a outra", disse o secretário de Desenvolvimento Econômico Adnan Demachki, em nota.

Segundo o governo do Estado, a expectativa é que já no primeiro ano de funcionamento da ferrovia a demanda será de quase 30 milhões de toneladas, principalmente minérios e grãos, com o volume subindo para 48 milhões de toneladas anuais em cinco anos.

Segundo Pavan, uma das minas a serem viabilizadas com a ferrovia, no município de Redenção, será capaz de produzir 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, com teor elevado de ferro (67 por cento).

"A ferrovia viabilizaria a exploração de minas de ferro, níquel e cobre no sul do Pará, que hoje não estão sendo exploradas por falta de logística, como também viabilizaria, através de ramais, as operações de outros empreendimentos, como é o caso da Votorantim Metais, que possui projeto pronto para instalação em Rondon do Pará", disse o secretário. Após a conclusão dos estudos, deverá ser aberta uma licitação pública para a concessão da ferrovia, segundo o governo estadual.

S&P afirma rating do Brasil e mantém perspectiva estável por correção de rumo

24/03/2015 - Fonte: Reuters

A agência de classificação de risco Standard & Poor's afirmou o rating de longo prazo em moeda estrangeira do Brasil em "BBB-", apesar do cenário desafiador para o país, e manteve a perspectiva estável, por conta da mudança de rumo na condução da política econômica no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

A perspectiva estável afasta o risco imediato de perda do grau de investimento pelo Brasil, um dos principais objetivos por trás do forte ajuste nas contas públicas que está sendo promovido pela nova equipe econômica.

A S&P disse que a perspectiva reflete a expectativa de que a mudança de rumo em curso, mesmo sendo politicamente difícil, continuará tendo o apoio da presidente Dilma, e, finalmente, do Congresso, e gradualmente irá restaurar a credibilidade política e abrir caminho para perspectivas de um crescimento mais forte nos próximos anos.

"Em uma reversão da política de seu primeiro mandato, a presidente encarregou sua equipe econômica de desenvolver um ajuste acentuado nas diferentes políticas - não só fiscal - para restaurar a credibilidade perdida e fortalecer os perfis fiscal e econômico do Brasil que agora estão mais fracos", disse a agência, acrescentando que o rebaixamento da nota brasileira no ano passado já incorporava um cenário mais difícil neste ano.

A decisão da S&P de manter o grau de investimento do país com perspectiva estável foi vista como uma vitória para a presidente Dilma Rousseff, que enfrenta dificuldades no Congresso e forte perda de popularidade, em meio ao corte de gastos e aumento dos impostos e do escândalo de corrupção da Petrobras.

"É uma vitória para Dilma e sua nova equipe econômica", disse o economista-chefe da Tendências Consultorias Econômicas em São Paulo, Juan Jensen. "Nós não acreditamos que o Brasil vai perder seu grau de investimento, mas a equipe econômica está sob pressão para entregar resultados fiscais sólidos", acrescentou o economista.

A S&P avalia que levará algum tempo para que sejam corrigidos os efeitos das manobras fiscais "maiores que o esperado" feitas em 2014, em meio a um cenário de contração econômica que é agravado pelos efeitos da investigação do escândalo de corrupção na Petrobras.

No entanto, a S&P cita a mudança na condução da política econômica para fortalecer o compromisso com a política fiscal e remover diversas distorções econômicas, incluindo a repressão de preços administrados.

A S&P espera que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caia 1 por cento neste ano, passando para crescimento de 2 por cento em 2016 e de 2,3 por cento em 2017.

A retração prevista para este ano reflete o impacto dos apertos fiscal e monetário, uma queda no investimento da Petrobras e sua cadeia de fornecimento no setor de construção, e apoio limitado das exportações no curto prazo.

PMI do HSBC para indústria da China cai em março a mínima de 11 meses

24/03/2015 - Fonte: Reuters

A atividade do setor industrial da China caiu para uma mínima de 11 meses em março devido ao encolhimento das novas encomendas, mostrou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês), sinalizando uma fraqueza persistente que deve alimentar os pedidos de mais afrouxamento de política para sustentar o crescimento.

O PMI preliminar de indústria do HSBC/Markit caiu para 49,2 em março, abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração. Economistas consultados pela Reuters esperavam leitura de 50,6, contra os 50,7 registrados em fevereiro.

Alguns analistas projetam que o crescimento econômico no primeiro trimestre vai cair abaixo da meta do governo para o ano, de 7 por cento.

"O dado mais fraco do PMI pode aumentar a pressão para afrouxamento de política", escreveram em nota economistas do CICC.

O subíndice de novas encomendas caiu para mínima de 11 meses de 49,3 em março. As novas encomendas de exportações recuaram pelo segundo mês seguido, embora a um ritmo mais lento.

O aperto no mercado de trabalho continuou a piorar, com o subíndice de emprego contraindo pelo 17º mês seguido e atingindo o menor patamar desde o ápice da crise financeira global.

"Uma renovada queda no número total de novos negócios contribuiu para uma expansão mais fraca da produção, enquanto as empresas continuaram a reduzir sua força de trabalho", disse Annabel Fiddes, economista do Markit.

IRB Brasil prevê começar expansão internacional por A.Latina e África

24/03/2015 - Fonte: Reuters

O IRB Brasil planeja se expandir para a América Latina e a África, como parte de um amplo processo de internacionalização que pode exigir que a maior resseguradora do Brasil busque uma oferta inicial de ações ou um sócio externo antes de 2018, disse seu presidente-executivo, Leonardo Paixão, nesta segunda-feira.

O IRB tem licenças para operar em todos os mercados de resseguros da América Latina, com exceção de um ou dois países, disse Paixão em entrevista.

Embora um IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) possa aumentar consideravelmente a força do IRB Brasil, os acionistas controladores ou um parceiro também podem fornecer o capital necessário para que a asseguradora se expanda no exterior num estágio inicial, disse.

Para os próximos anos, o IRB pretende manter de 35 a 40 por cento dos prêmios de resseguro no Brasil, que no ano passado atingiram quase 9 bilhões de reais, e também manter o patamar de 20 por cento de retorno sobre o patrimônio (ROE) conforme obtido no mesmo período. Aumentar a participação dos acordos externos, atualmente em 12 por cento do total, ajudaria a diversificar fontes de receitas, disse Paixão.

No México, na América do Sul e na África, a demanda por resseguro está crescendo após anos de recordes de gastos de capital. No Brasil, projetos de infraestrutura estão mais lentos após o escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras e grandes empreiteiras.

"A paralisia do mercado por conta dessa situação não é boa para as resseguradoras em geral", disse Paixão, complementando que os desdobramentos do escândalo da Petrobras não devem afetar o IRB significativamente, porque 92 por cento dos contratos da empresa são de renovação de obras e projetos já concluídos.

Com relação ao preço do resseguro no país, Paixão disse que os preços no Brasil estavam defasados em relação ao mercado internacional, que por anos praticou preços mais baixos dos que os compromissos assumidos. Isso, somado a atual situação de paralisia, "é que forçará ainda mais a elevação dos preços por aqui". O IRB já aumentou os seus.

Por conta do escândalo de corrupção, o preço dos prêmios de subscrição podem subir cerca de 10 por cento para a maioria dos setores de forma não linear, disse Paixão, presidente do IRB desde abril de 2010. Esse aumento deve compensar aumentos de sinistros e do risco implícito maior dos novos contratos, disse.

Os sinistros estão aumentando, com setores, direta ou indiretamente envolvidos no escândalo enfrentando dificuldades de acesso a mercados de dívida e de ações, e novos projetos declinam enquanto a economia brasileira entra em recessão.

IPO

Paixão evitou citar nomes de países para onde o IRB pretende crescer. A fatia de 8 por cento que a companhia detém na Africa RE pode ajudar a acelerar os negócios no continente, declarou.

Alguns executivos do IRB esperavam que o IPO acontecesse antes, mas anos de volatilidade de mercado pesaram sobre a demanda por novas emissões de ações no Brasil. Apenas uma companhia conseguiu concluir sua listagem na Bovespa nos últimos 15 meses.

O IRB foi um monopólio estatal por sete décadas até que o governo abriu o mercado de resseguros local para a competição em 2007. Seus principais acionistas são Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Bradesco.

Focus projeta IPCA deste ano acima de 8%

24/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Pela primeira vez, economistas do setor privado acreditam que a inflação deste ano ficará acima de 8%. Com esse cenário mais negativo, começam a surgir dúvidas sobre o tamanho da alta da taxa básica de juros, a Selic, em abril.

Até a semana passada, o consenso era de que o Banco Central iria reduzir o ritmo de 0,50 ponto porcentual mantido desde dezembro do ano passado pela metade. Agora, há uma divisão entre as duas hipóteses entre os participantes do Relatório de Mercado Focus.

O documento divulgado nesta segunda-feira (23) pelo BC mostra que o ponto central da pesquisa para o IPCA de 2015 passou de 7,93% para 8,12% em apenas uma semana. A maior taxa entre os participantes, no entanto, está em 9,38%. Para 2016, houve um leve ajuste das estimativas no período, passando de 5,60% para 5,61%.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, saiu em defesa do governo e minimizou a previsão da Focus. Segundo ele, essa é uma expectativa "de mercado" que pode ser revista. "A expectativa de mercado é volátil, não significa que será nesse patamar." Ele afirmou ainda que o aumento é temporário e deve cair rapidamente, uma vez que o próprio mercado já vê uma pequena redução para 2016.

Nível de atividade na indústria da construção é o menor em cinco anos

24/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O nível de atividade na indústria da construção em relação ao usual atingiu novo piso histórico em fevereiro, aponta a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Esse indicador, presente no estudo Sondagem Indústria da Construção, divulgado nesta segunda-feira (23) ficou em 33,2 pontos no mês passado (ante 35,9 pontos, em janeiro). É o resultado mais baixo da série histórica, que teve início em dezembro de 2009.

Em fevereiro do ano passado, o indicador do nível de atividade em relação ao usual era de 44,9 pontos. Os valores da pesquisa variam de zero a cem pontos. Quando ficam abaixo dos 50 pontos, revelam queda na atividade e no emprego. A utilização da capacidade da operação ficou em 60% (ante 69%, em fevereiro de 2014).

Fusão da Mazp com a RodOil cria maior rede de combustíveis do Sul

24/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A distribuidora paranaense de petróleo Mazp anunciou nesta segunda-feira (23) a fusão com a gaúcha RodOil, de Caxias do Sul, tornando-se a maior rede regional de combustíveis do Sul e uma das dez maiores do Brasil. Com sede em Renascença, a Mazp possui operações no Sudoeste e Sul do Paraná e no Noroeste e Oeste de Santa Catarina.

Após a fusão, a nova companhia terá operações em dez bases de distribuição e passa a fornecer combustível para aproximadamente 270 postos com marca própria e mais de 540 postos de bandeira branca na Região Sul. O faturamento inicial, de R\$ 1,2 bilhão, deve ter crescimento de 20% em 2015, e 60% nos próximos quatro anos, superando R\$ 2,2 bilhões, de acordo com o diretor presidente da Mazp, Idiomar Zanella.

Copel planeja ampliar térmica de Araucária em 200 megawatts

24/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Copel planeja ampliar a termelétrica a gás de Araucária em 200 megawatts e está em vias de fechar um acordo de fornecimento de gás de longo prazo com a distribuidora Compagas, afirmaram executivos da companhia paranaense de energia, nesta segunda-feira (23).

A empresa, que encerrou 2014 com alta de 21,3% no lucro líquido, "não tem nenhuma dúvida" de que vai conseguir obter a renovação de sua concessão de distribuição de eletricidade.

Porém, segundo o diretor financeiro, Luiz Eduardo Sebastiani, se a renovação for onerosa, a empresa terá que repassar esse custo aos consumidores, disse ele em teleconferência com analistas.

A terceirização e o mito do retrocesso

24/03/2015 - Fonte: O Globo

A terceirização é elo indissociável da competitividade do Brasil e de suas empresas. Contudo, a economia e o setor produtivo vivem sob risco constante, sem uma lei que a regule. É urgente que se aprove uma legislação adequada, para afastar a insegurança jurídica, considerada por quase 60% das indústrias o maior entrave na terceirização, seja de produtos ou de serviços.

Os que se opõem tentam lhe atribuir uma série de mitos, que há pelo menos uma década prejudica sua regulamentação. Equivocadamente se alega, por exemplo, que não gera empregos, que precariza as relações de trabalho e que os "trabalhadores terceirizados", portanto, não têm proteção.

Busca-se, com isso, denegrir a terceirização a tal ponto que o cidadão não teria outra escolha a não ser defender sua proibição ou sua restrição. Assim, ganham força propostas de regulamentação rígidas e de difícil cumprimento.

Desse modo, para a sua regularização, é preciso desmistificá-la, deixando claro que se trata de uma realidade mundial, utilizada por empresas de todos os países em maior ou menor grau, seja em serviços típicos, seja delegando etapas da cadeia produtiva. O Brasil não foge à regra. Aqui, quase 70% das indústrias recorreram à terceirização, nos últimos três anos.

Esse é um reflexo da formação de redes que reúnem empresas em diversos ajustes produtivos, o que as tornam mais competitivas num mercado global, produzindo e prestando serviços de melhor qualidade e com maior tecnologia. É assim que micro e pequenas empresas conseguem se inserir em grandes cadeias produtivas, ampliando as chances de crescimento e de geração de novos empregos.

Setores estratégicos têm como prática organizar e gerir sua produção, terceirizando etapas inteiras de cadeias produtivas a outras empresas. Exemplo disso são empresas que precisam de grandes maquinários. Em vez de adquiri-los, contratam de outras empresas, não só o fornecimento e a manutenção, como sua operação.

Esses arranjos produtivos são terceirização e mostram-se fundamentais para a atividade produtiva e o fomento da economia brasileira. Outros produtos do cotidiano, como smartphones, dificilmente seriam acessíveis ao consumidor sem a produção estruturada na terceirização.

A geração de empregos também deve ser abordada. Longe do mito de acabar com os postos de trabalho, a terceirização os cria. Segundo o IBGE, 22,7% dos trabalhadores formais são do setor de serviços terceirizados, o que coloca essas atividades como as que mais empregam no país.

Grande parte dos novos postos de trabalho surgiu em atividades que antes não existiam, frutos de avanços e rearranjos na forma de produção das empresas. Ou seja, além da empresa, ganha o trabalhador, que terá maior especialização e oferta de mais e melhores empregos.

Vê-se que se trata de instrumental para o aumento da eficiência e da produtividade, condições necessárias às empresas para concorrer no mercado global. É também fonte de empregos dignos, formais e de remuneração compatíveis com o nível de especialização

exigida. Enfim, gera condições para o dinamismo e o crescimento econômico. Por isso, é tão importante.

Com o objetivo de resguardar essas atividades e milhões de empregos que dela dependem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende a urgente regulamentação da terceirização.

Em 2015, mais uma vez, o tema figurará entre as bandeiras prioritárias da Agenda Legislativa da Indústria, que reúne projetos estratégicos para a melhora do ambiente de negócios do país. Valorizá-la e regulamentá-la, com a aprovação do PL 4330/2004, de autoria do deputado Arthur Maia e fruto de longa discussão entre empregados, empregadores e governo, é um passo decisivo para o Brasil.

Paulo Afonso Ferreira é presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Riscos dos freios à terceirização

24/03/2015 - Fonte: Veja

A terceirização é mais um avanço na maneira de produzir e organizar as empresas e o mercado de mão de obra que tem caracterizado o sistema capitalista ao longo dos séculos.

Nesse processo, um terceiro (geralmente uma empresa) é contratado para fazer parte de um bem ou realizar serviços específicos. Trata-se de nova etapa da divisão do trabalho, que é a separação da atividade econômica em crescente número de tarefas.

Émile Durkheim criou a expressão ao discutir a evolução social, mas foi Adam Smith quem primeiro percebeu sua importância econômica. Para ele, a divisão do trabalho constituía elemento-chave para a prosperidade, pois é um meio para produzir de forma mais eficiente e barata.

A terceirização começou a se expandir nos Estados Unidos durante a II Guerra diante da necessidade de ampliar rapidamente a produção bélica. Explodiu na década de 80 na esteira da globalização. Antes, prevalecia a integração vertical, em que a empresa produzia tudo ou quase tudo. Isso porque não havia um mercado amplo e confiável de bens e serviços que pudessem ser contratados. Nesse ambiente, a divisão do trabalho entre empresas distintas tinha limites.

Foi o caso da americana Ford, a pioneira na linha de montagem de automóveis. A empresa operava um complexo industrial integrado em Dearborn, Michigan, às margens do Rio Rouge, o qual foi concluído em 1928.

O complexo ocupava 1,5 quilômetro quadrado, empregando mais de 100 000 trabalhadores. Ali havia porto e unidade de geração de energia. Produziam-se aço, autopeças e pneus necessários à manufatura de automóveis. A Ford tentou até mesmo extrair a borracha na Amazônia brasileira.

Hoje, há mercado para tudo e para a terceirização. Vigora a lógica da integração horizontal. A Apple é um bom exemplo. A empresa terceirizou o iPhone na Alemanha, no Japão e na Coreia do Sul. A montagem é feita na China.

Na sede, trabalham designers, advogados e gerentes financeiros que cuidam do projeto e da comercialização do celular. Com a elevação da produtividade, o preço cai, a demanda e

a produção crescem e a renda aumenta. No fim, todos, trabalhadores, empresários e consumidores, ganham.

No Brasil, à falta de uma legislação própria para a terceirização de serviços, o assunto passou a ser regido pela súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que a permite apenas para atividades-meio.

Muitas vezes, porém, é difícil distinguir atividade-fim de atividade-meio, inclusive porque elas podem ser intercambiáveis à medida que avançam os processos produtivos. A súmula cria ambiguidades, acarretando milhares de causas trabalhistas e incertezas às empresas.

Historicamente, houve resistência às mudanças no modo de produzir. Em 1811, surgiu na Inglaterra o movimento luddista, que pretendia, mediante a destruição de máquinas, restaurar empregos perdidos com a mecanização. Não se percebia que a nova forma de produzir elevava a produtividade. A economia crescia. Postos de trabalho surgiam crescentemente noutros lugares.

A dificuldade de entender novas realidades chegou aos dias atuais. Está presente no Brasil em relação à terceirização. Sindicalistas querem proibi-la. Juizes buscam limitá-la.

A resistência nutre-se de mitos - como os da precarização do trabalho, da redução de direitos e da geração de informalidade - que podem ser desfeitos por argumentação minimamente racional. Essa resistência é influenciada pela visão da Justiça do Trabalho: a de que o trabalhador é hipossuficiente, isto é, não sabe defender seus direitos.

Freios à terceirização podem inibir a realização de ganhos de produtividade, que são essenciais para a competitividade das empresas, o crescimento da economia e a geração de renda, emprego e bem-estar. Ao contrário do que se diz, a terceirização contribui para formalizar relações de trabalho.

E preciso, pois, regular o assunto em lei. Um bom ponto de partida vem a ser o projeto que se encontra sob exame da Câmara Federal. Seu objetivo é estabelecer regras claras para proteger os interesses dos trabalhadores e eliminar incertezas que rondam as empresas nas quais a terceirização é necessária. Há que combater vertentes modernas do luddismo. (Mailson da Nóbrega)

Autopeças: balança tem déficit de US\$ 1,23 bi

24/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A balança comercial do setor de autopeças, elaborada com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), registrou déficit de US\$ 1,23 bilhão no acumulado de janeiro a fevereiro de 2015. O valor representa uma retração de 30,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

- Veja [aqui](#) o estudo completo do Sindipeças

Exportações e importações recuaram no acumulado 17,3% e 25%, respectivamente. As vendas no setor de autopeças para 142 países totalizaram US\$ 1,09 bilhão e as compras, vindas de 122 nações somaram US\$ 2,32 bilhões. As exportações para a Argentina, principal destino dos componentes brasileiros, somaram no primeiro bimestre US\$ 379,4 milhões, um recuo de 34,7% ante o mesmo período do ano passado.

Os embarques para os Estados Unidos, segundo maior comprador, chegaram a US\$ 177,7

milhões em janeiro e fevereiro. Os negócios com os americanos recuaram bem menos, 6,98%. Dos cinco maiores destinos dos componentes produzidos no Brasil, a queda mais acentuada ocorreu para a Alemanha, 25,5%. O país recebeu US\$ 74 milhões de autopeças brasileiras neste primeiro bimestre, ante US\$ 99,3 milhões no mesmo período de 2014.

No caminho inverso, vem dos Estados Unidos o maior valor em importações de componentes automotivos. A nação vendeu ao Brasil no primeiro bimestre US\$ 288,7 milhões, mas registrou queda de 15,9% ante igual período do ano passado. A China vem em segundo lugar e bem próxima aos Estados Unidos. Enviou ao Brasil US\$ 268,4 milhões. As importações chinesas registraram queda de 11,5%, a menor entre as cinco nações que mais vendem itens automotivos para o Brasil.

Cresce, por sinal, a dependência do Brasil por componentes asiáticos. Em todo o ano de 2014, os componentes da Ásia e Oceania responderam por 37,2% das compras feitas pelo Brasil, ante 36,1% dos provenientes da Europa. Nos dois primeiros meses de 2015 a fatia de Ásia e Oceania saltou para 39,3% e a da Europa recuou para 34,3%.

Pirelli será comprada por ChemChina

24/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A maior empresa química da China, a ChemChina, anunciou na segunda-feira, 23, a compra da Pirelli em um negócio acordado em € 7,1 bilhões entre a empresa e a fabricante de pneus italiana, conforme comunicado divulgado pela companhia chinesa nesta data. A informação havia sido revelada em um artigo do jornal italiano Corriere della Sera, publicado no dia 19 de março e chegou a ser negado pela Pirelli em comunicado.

Contudo, o acordo agora confirmado prevê que a China National Tire & Rubber, divisão da ChemChina responsável pela fabricação de pneus, comprará 26,2% das ações sociais que a holding italiana Cam Finanziaria (Camfin) detém na Pirelli e que lançará posteriormente uma oferta de aquisição obrigatória pelo restante dos papéis.

A oferta será lançada a € 15 euros por ação, o que avalia a empresa italiana em € 7,1 bilhões, excluindo sua dívida líquida de quase € 1 bilhão consolidada no fim de 2014. O acordo prevê que a ChemChina deverá manter, pelo menos, 50,1% da Pirelli e a Camfin, 49,9%. A transação está sendo avaliada como a maior compra de uma empresa italiana por uma de origem chinesa, mas ainda está sujeita às aprovações das autoridades governamentais chinesas e estrangeiras.

O negócio dará à estatal chinesa acesso à tecnologia para fabricar pneus premium, que podem ser vendidos a margens mais elevadas. Por outro lado, conferirá à Pirelli um impulso no mercado chinês.

“A parceria com um player global como a ChemChina, através de suas afiliadas, representa uma grande oportunidade para a Pirelli. A aproximação dos negócios com a CNRC (China National Tire & Rubber) é uma garantia e visão estratégica de desenvolvimento e estabilidade para a Pirelli”, afirmou em comunicado o CEO e presidente do conselho de administração da Pirelli, Marco Tronchetti Provera, que é coproprietário da empresa.

Segundo o acordo, o executivo permanecerá à frente do conselho enquanto a ChemChina vai nomear um novo presidente.

“Estamos muito satisfeitos com a oportunidade de nos juntarmos com Marco Tronchetti Provera e sua equipe para continuar a construir juntos uma organização de reconhecimento mundial”, comemorou Jianxin Ren, chairman da ChemChina.

A ChemChina pretende tornar a Pirelli uma empresa privada, retirando-a da bolsa de valores de Milão. Pelo acordo, a fabricante manterá sua sede na Itália e poderá ser realistada na bolsa em quatro anos.

Baterias do Nissan Leaf têm alta durabilidade

24/03/2015 - Fonte: Automotive Business

Contra todas as críticas, a Nissan divulgou que após cinco anos de vendas do veículo 100% elétrico Leaf e após 35 mil unidades vendidas apenas na Europa, um total de 99,99% das baterias que equipam os carros continuam aptas para uso, sem qualquer avaria. A montadora japonesa informa que a taxa de falha foi de 0,01% das baterias, ou seja, apenas três veículos/baterias.

O Nissan LEAF bateu seu próprio recorde de vendas em 2014, com um aumento de 33% nas vendas em relação ao ano anterior, dominando mais de 25% do mercado em expansão de carros elétricos, com 15.098 unidades vendidas.

O diretor de veículos elétricos da Nissan Europa, Jean-Pierre Diernaz, está entusiasmado com os resultados de cinco anos. “Os fatos falam por si. A taxa de falhas de bateria em nossos veículos é insignificante e mesmo o crítico mais fervoroso não pode argumentar contra isso. É claro que nós não somos as únicas pessoas entusiasmadas com o sucesso desta tecnologia”, comemora o executivo.

Com apenas três principais componentes – o carregador a bordo, o inversor e o motor – o Nissan Leaf também é 40% mais barato de manter em comparação com veículos movidos a gasolina ou a diesel.

O Leaf, que é montado pela Nissan desde 2010, é hoje o veículo elétrico mais vendido do mundo, com mais de 165 mil unidades rodando.

Para comprovar a confiabilidade a longo prazo da tecnologia de suas baterias, a Nissan divulgou um vídeo onde rastreia um dos primeiros modelos, cujo proprietário ainda está usando seu Leaf sem qualquer falha, há três anos.

Suspensys amplia exportações com vendas à África

24/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A Suspensys começou a exportar neste mês tambores de veículos comerciais para os mercados de Angola e Argélia, na África, ação que faz parte com a estratégia da empresa em aumentar a participação das exportações em seu faturamento. No mês passado, a empresa controlada pela Randon começou a embarcar eixos para o Reino Unido

No curto e médio prazo, a fabricante prevê o embarque de outros produtos da linha de eixos e suspensões para a África, que apresenta grande potencial em seus mercados.

A fim de apoiar sua estratégia de internacionalização, a Suspensys confirmou sua participação na Automechanika Johannesburg, feira internacional de autopeças da África do Sul, entre 6 e 9 de maio deste ano.

O plano de expansão inclui também ampliar sua atuação na Europa, Ásia, além da própria América do Sul.

Produção de motores da Cummins deve diminuir 16,8%

24/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A Cummins, fabricante independente de motores, traça projeções pouco animadoras para os negócios este ano. A companhia espera que sua produção de propulsores acumule retração de 16,8% na comparação com 2014, com a fabricação de 45 mil unidades na planta de Guarulhos (SP). A expectativa foi anunciada por Luis Afonso Pasquotto, presidente da companhia para a América do Sul, durante encontro com a imprensa em São Paulo (SP) na segunda-feira, 23.

O executivo admite que o mercado brasileiro decepcionou no início de 2015. "Infelizmente não temos clareza de que haverá recuperação em breve. Mas mantemos a esperança: pior do que está não dá para ficar", avalia o dirigente da fabricante. Ele defende que o fundo do poço já foi atingido e que a tendência é de que as coisas se estabilizem e apresentem leve melhora, ainda que distantes de voltar ao patamar registrado há alguns anos.

A expectativa de queda no Brasil contrasta com a projeção global da companhia, que aposta em crescimento de 2% a 4% sobre o faturamento recorde do ano passado, quando os negócios da empresa somaram US\$ 19,2 bilhões. A expansão deve ser puxada pela retomada da demanda nos Estados Unidos, que responde por mais de 56% das receitas da empresa. "Esta é a vantagem de ser uma companhia global. Conseguimos equilíbrio no resultado mesmo quando algumas regiões não estão bem", avalia o dirigente.

Pasquotto acredita que os negócios tímidos no Brasil refletem quedas importantes nas vendas de veículos pesados. Na visão do executivo, os caminhões devem acumular em 2015 retração de cerca de 13%, para o máximo de 117 mil unidades. O executivo sinaliza que, com a retração da economia, parte da frota brasileira está subutilizada e, por conta disso, há pouco interesse em adquirir novos veículos. A situação afeta até mesmo a área de aftermarket, que tradicionalmente é a saída para que as empresas estancem a queda no faturamento em períodos de crise.

Já a demanda por ônibus tende a diminuir 8% na estimativa da Cummins, para em torno de 25 mil chassis. "Os programas governamentais, como Caminho da Escola, arrefeceram", lembra o executivo. Diante do enfraquecimento das vendas, a utilização da capacidade instalada na fábrica de motores brasileira da companhia está em apenas 40%. Desde o ano passado a empresa adota medidas para adequar a produção ao novo ritmo do mercado.

A primeira iniciativa, ainda em 2014, foi enxugar o quadro de funcionários. Foram fechadas 145 vagas na linha de montagem. Para este ano estão previstos 13 dias de interrupção na produção: cinco emendas de feriados somados a oito sextas-feiras com a fábrica parada. Pasquotto espera que as medidas bastem para evitar excesso de produção, mas admite que outras iniciativas podem ser necessárias se a queda do mercado se aprofundar nos próximos meses.

A empresa espera amenizar a queda nos negócios da divisão de motores com a evolução das vendas de outras áreas. Uma delas é a de geração de energia, que registrou expansão em 2014 para 4 mil unidades produzidas e tem crescimento de 10% esperado para este ano. Outro negócio promissor está no aftermarket, que inclui não só o

segmento de motores, mas outras divisões da empresa, como componentes. Outra aposta é o segmento de fora de estrada, que passa a contar com legislação de emissões a partir deste ano, regulação que exigirá a adoção de novas tecnologias.

INVESTIMENTOS E NACIONALIZAÇÃO

Apesar do cenário negativo, a Cummins enfatiza que trabalha continuamente solidificar sua liderança de mercado e fortalecer presença na América do Sul. A companhia investe na nacionalização de dois motores de uma mesma família. No segundo semestre deste ano começa a sair da linha de montagem nacional o ISF 3.8, com projeção de produção de 15 mil unidades. O propulsor é voltado para picapes e caminhões leves e equipa modelos como Ford Série F.

Em 2016 começa a ser feito na planta de Guarulhos o ISF 2.8, que atenderá caminhões da Foton, JAC e o Agrale Marruá. O projeto de produzir localmente os propulsores atende à demanda por mais conteúdo local nos veículos e também protege as empresas da valorização acelerada do dólar.

A companhia também mantém o programa de investimentos. São US\$ 50 milhões anunciados para fazer melhorias nas instalações da fábrica de Guarulhos. O programa foi anunciado em 2011 e vai até 2016. Adicionalmente há ainda aportes anuais. Em 2014 foram aplicados US\$ 34,7 milhões. Para este ano está previsto investimento de US\$ 48 milhões. O montante é destinado à construção de salas de testes e também ao programa de nacionalização dos motores da família ISF.

A empresa também pretende adequar a planta paulista para elevar a produção da divisão de geradores de energia. O plano inicial, anunciado em 2011, era construir nova planta em Itatiba para acompanhar o aumento da demanda. O projeto, no entanto, foi cancelado no ano passado. "Já que o cenário mudou e temos agora espaço na fábrica de Guarulhos, que está produzindo menos motores, decidimos manter tudo ali", explica o executivo.

Fiat lidera ranking de vendas a prazo

24/03/2015 - Fonte: Automotive Business

A Fiat somou 21,3 mil unidades zero-quilômetro vendidas a crédito em fevereiro e alcançou a liderança no ranking das marcas mais financiadas no primeiro bimestre de 2015. Tomou a frente da Chevrolet, que persegue a líder bem de perto, com desvantagem de 416 unidades. Em terceiro lugar está a Volkswagen, com 41,7 mil automóveis vendidos a prazo.

Os números são da Cetip, que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG) e inclui as transações de veículos por crédito direto ao consumidor (CDC), leasing, consórcio e outras formas de parcelamento. Entre os modelos, o Fiat Palio lidera as vendas a prazo no acumulado do ano com quase 15 mil unidades, ante 14,5 mil do Chevrolet Onix, que havia iniciado o ano na frente.

O terceiro lugar é do VW Fox, com 10,3 mil unidades no bimestre. O hatch havia começado o ano na quinta posição, atrás da picape Fiat Strada e do Chevrolet Prisma. Estes ocupam agora a quinta e a décima posições, respectivamente.

No ranking de usados, a Fiat também lidera a lista de marcas com maior número de vendas a prazo. Foram 100,1 mil unidades no bimestre, ante 99,1 mil da vice-líder Volkswagen. A lista dos modelos usados traz o veterano Gol, com 40,7 mil unidades

vendas a prazo em janeiro e fevereiro, bem à frente do segundo colocado, o Palio, que registrou 28,1 mil unidades.

Veja as marcas com maior volume de vendas parceladas (zero-km)



Marca	Jan/15	Fev/15	Acumulado 2015
Fiat	29.757	21.275	51.032
Volkswagen	22.732	18.993	41.725
Chevrolet	32.686	17.930	50.616
Ford	15.409	11.150	26.559
Hyundai	9.467	7.937	17.404
Renault	11.591	7.029	18.620
Toyota	5.501	5.896	11.397
Honda	4.542	4.346	8.888
Nissan	3.742	2.216	5.958
Mitsubishi	2.050	1.496	3.546
Citroen	2.045	1.379	3.424
Outros	7.167	5.689	12.856
Total Geral	146.689	105.336	252.025

DNI Metals fecha acordo para adquirir propriedade de grafite no Brasil

24/03/2015 - Fonte: Reuters

A canadense DNI Metals disse ter assinado uma carta de intenções para adquirir uma propriedade de grafite no Brasil, segundo comunicado divulgado nesta terça-feira.

A empresa, que tem avaliado projetos de grafite no Brasil durante os últimos anos, acertou o negócio com a Atlantica Geologia e Mineração, Columbia Exploração Mineral e Ricardo Oliveira Gallant de Menezes (A&C). Após um período de 90 dias de "due diligence" e aprovação final do Conselho, a DNI concluirá um acordo definitivo.

A DNI poderá obter uma fatia de 100 por cento nas propriedades menos um royalty detido pela A&C. "Um dos pacotes reunidos pela A&C está localizado perto de uma mina produtora e o outro está em uma área conhecida por grafite em floco", disse a empresa.

Segundo a DNI Metals, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de grafite em flocos.

Construtora Odebrecht lucra R\$ 1,8 bilhão em 2014

24/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Investigada pela Polícia Federal por causa do esquema de corrupção da Petrobras, dentro da Operação Lava Jato, a Construtora Norberto Odebrecht lucrou R\$ 1,8 bilhão no ano passado, 6,7% acima do R\$ 1,695 bilhão de 2013. Parte do resultado, cerca de R\$ 400 milhões, foi impactado pela variação cambial. Em dólares, o resultado, de US\$ 783 milhões, ficou em linha com o registrado um ano antes.

A companhia possui forte atuação no exterior e no ano passado 73% de sua receita bruta, de R\$ 33,1 bilhões, vieram de operações fora do Brasil. A construtora atua em 18 países, sendo que a América Latina responde por cerca de dois terços das receitas internacionais, de US\$ 10,2 bilhões. A África e outros países, como os EUA, respondem pelo restante.

O Ebitda (lucro antes pagamento de juros, impostos depreciações e amortizações) permaneceu no mesmo patamar do ano anterior, em R\$ 3,2 bilhões, baseado nos 191 contratos em execução que a companhia mantém.

“O resultado da operação internacional ajudou a minimizar em 2014 a menor rentabilidade que tivemos nos contratos da Petrobras”, disse o diretor financeiro da construtora, Marco Rabello. Segundo ele, os contratos da Petrobras estão em fase final, quando tradicionalmente se registram desmobilizações e desinvestimentos que elevam os custos e reduzem a rentabilidade. “Já não eram contratos com margem alta.”

Petrobras

Ao fim de dezembro, os projetos com a Petrobras representavam 0,5% da carteira total, de US\$ 33,8 bilhões, ou cerca de US\$ 190 milhões, em dois contratos, na Refinaria do Nordeste (RNEST) e no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), que se encerram este ano. Sobre a Operação Lava Jato, a construtora nega participação em qualquer tipo de cartel.

Número de campanhas de recall bate recorde em 2014 e chega a 120

24/03/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

O número de campanhas de *recall* para trocar ou reparar produtos com defeito foi recorde no Brasil, em 2014. Foram 120 campanhas de acordo com dados divulgados hoje (23) pela Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça. Em 2013 foram 109 campanhas e, em 2012, foram 67. Os veículos lideram a lista, com 65% do total das campanhas de *recall* no ano passado.

Após os veículos automotores (78 campanhas), estão as motocicletas (11 campanhas), produtos de saúde – que incluem medicamentos e cosméticos – (9 campanhas), móveis (3 campanhas) e produtos infantis (3 campanhas). A lista tem ainda eletroeletrônicos, utensílios domésticos, artigos de informática e de esporte e lazer.

A secretária nacional do consumidor, Juliana Pereira da Silva, diz que o aumento dos chamados motivados por defeitos em produtos tem explicações diversas. “Com a criação da Secretaria, tivemos como monitorar de forma mais permanente o que acontece na área de segurança de produtos. Acho também que a cultura da transparência, no caso de defeitos e *recalls*, começa a crescer no país. A campanha de *recall* é uma obrigação legal”, disse.

Apesar das campanhas lançadas pelas empresas, muitos consumidores não atendem ao chamado. Entre os motivos apontados pela secretária estão o baixo preço do produto adquirido, período curto de vida útil e a forma como o *recall* é feito. Em 2013, por exemplo, uma empresa informou os consumidores sobre problemas em uma cadeira infantil e, das 60 unidades afetadas, apenas 2 foram recolhidas.

A secretária Juliana Pereira destaca a importância de atender aos chamados das empresas para garantir a segurança na utilização dos produtos. “É preciso a coparticipação dos consumidores para que esses produtos que estão no mercado e que são inseguros possam ser retirados e substituídos, reduzindo riscos para a sociedade”, disse.

Os números brasileiros ainda são pequenos quando comparados aos de outros países. Nos Estados Unidos foram 1.580 *recalls* em 2014, sendo que a lista também é liderada pelos veículos automotores. Nos países da União Europeia, foram 2.755 os chamados para reparo ou troca de produtos.

Governo vê mais cacife para ajuste fiscal após avaliação da S&P

24/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo recebeu nesta segunda (23) a sua primeira boa notícia na economia após meses de frustrações e ansiedades quanto à aprovação do pacote fiscal pelo Congresso. Até o início da noite, a equipe econômica, fechada em reuniões no Palácio do Planalto desde a manhã, não havia tido tempo de "bater bumbo", mas recebeu a notícia com alívio e certa de que ganhou um trunfo para convencer seus aliados a apoiar os ajustes na economia.

A cúpula do Executivo fez duas avaliações. Primeiro, que a [Standard & Poor's deu um voto de confiança ao Brasil](#); segundo, que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, passa a contar com mais munição diante da resistência de deputados e senadores em aprovar os pontos do ajuste.

Desde que assumiu o posto, Levy tem defendido que o governo precisa atuar rapidamente para impedir o aumento da dívida pública e, assim, evitar um rebaixamento da nota brasileira pelas agências de risco, o que provocaria uma saída de recursos, pondo em risco a economia.

Para isso, o governo tem feito propostas de cortes de gastos, como as que mudam as regras de concessão do seguro-desemprego, e aumento de receitas, como as que elevam as alíquotas de contribuição previdenciária de setores incluídos no programa de desoneração da folha.

Estão também na pauta mudanças nas regras de pensão por morte, abono salarial e auxílio doença, além da correção da tabela de Imposto de Renda em patamar inferior ao aprovado inicialmente pelo Congresso.

Nenhuma medida do ajuste foi aprovada ainda pelo Legislativo, e o governo ainda negocia com parlamentares.

Mas, afirmam ministros, sem ter entregado nada de concreto, o governo conseguiu um importante voto de confiança da agência.

Alvo de críticas de setores da Esplanada e, sobretudo do PT, quanto ao efeito contracionista do ajuste, Joaquim Levy tem mais cacife para manter seu plano de voo inicial. Com isso, a expectativa da Fazenda é que precise fazer menos concessões.

Fiesp prevê que indústria encolherá 4,5% neste ano

24/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Estudo inédito da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) prevê uma retração de 1,7% da economia brasileira neste ano, cenário mais pessimista do que o esperado pelos economistas e instituições financeiras ouvidos pelo Banco Central, que apontam uma queda de 0,83% em 2015.

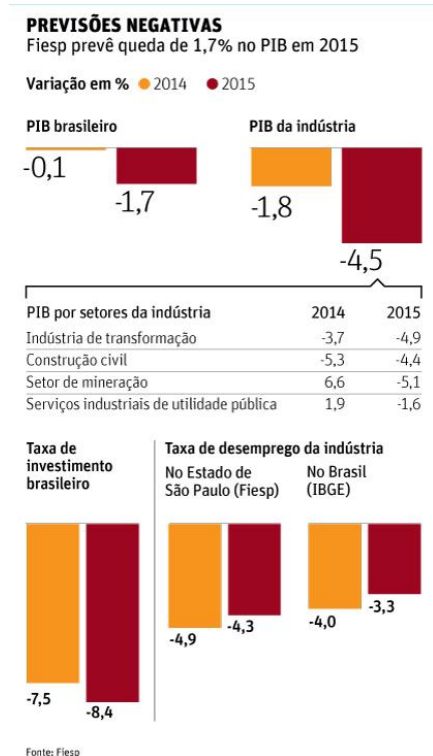
O documento, apresentado nesta segunda-feira (23) pelo diretor Paulo Francini (Pesquisas e Estudos Econômicos), prevê ainda que o PIB tenha ficado estável em 2014,

com leve retração de 0,1%. No governo, os técnicos estimam encolhimento da economia entre 0,5% e 1%.

A indústria, segundo a Fiesp, sofrerá o maior tombo em 2015, com uma retração prevista de 4,5%, após uma queda estimada em 1,8% no ano passado. Dentro do setor industrial, o da transformação, representado pela entidade, deve ficar negativo em 4,9% neste ano, pior do que o esperado para 2014 (-3,7%).

As previsões da Fiesp foram analisadas pela entidade na semana em que o IBGE divulgará, na próxima sexta-feira (27), o resultado do comportamento do PIB do ano passado. O governo espera que ele tenha ficado positivo, mas abaixo de 0,5%.

O documento da Fiesp aponta como causas para a forte retração prevista para este ano o "expressivo ajuste fiscal" do governo, a crise da Petrobras, o forte aumento dos preços administrados e o aperto monetário promovido pelo Banco Central, que reduziu a concessão de crédito.



A queda de investimento da Petrobras, segundo os técnicos da entidade, dará uma das maiores contribuições para o encolhimento da economia brasileira. Responsável por mais de 10% do investimento brasileiro, a estatal sofre com as denúncias da Operação Lava Jato, com a queda no preço do petróleo e a valorização do dólar.

Por sinal, o estudo da federação indica que a taxa de investimento do país terá uma forte redução, de 8,4%, neste ano, aprofundando um resultado que também deve ter sido bem negativo no ano passado (-7,5% nas previsões da entidade industrial).

Os cálculos da Fiesp, feitos com base na análise de dados econômicos antecedentes e entrevistas diretas com empresas filiadas, não levam em conta cenários de racionamento de energia e água.

Ou seja, a queda do PIB brasileiro pode ser ainda pior caso não chova o suficiente até o final de abril para dar uma margem de segurança nos reservatórios das usinas hidrelétricas do país.

CAMINHO ERRADO

As previsões sombrias da Fiesp, segundo dirigentes industriais, mostram que o governo Dilma está optando pelo caminho errado ao adotar medidas que elevam a tributação do setor, como na desoneração da folha.

No caso da indústria, a alíquota de contribuição previdenciária pode subir de 1% para 2,5% sobre o faturamento caso seja aprovado o projeto enviado na última sexta-feira (20) ao Congresso.

Durante a reunião da entidade, seu presidente, Paulo Skaf, disse que fará o que for preciso para tentar derrubar a proposta do governo.

Construtoras afirmam que ajuste fiscal elevou demissões do setor

24/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Empresários da construção civil contestam o governo e atribuem o aumento de demissões no setor em fevereiro não só à Operação Lava Jato, mas também ao atraso nos pagamentos de obras federais e à desaceleração da economia brasileira.

Os atrasos de pagamento a empresas da construção civil começaram em abril de 2014 e continuaram neste ano, motivados pelo ajuste fiscal promovido pelo governo Dilma para atingir a meta de superávit primário (economia para pagamento de juros) de 1,2% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2015.

Em nota divulgada nesta quinta-feira (19), a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) afirma que "discorda das declarações dadas pelo ministro do Trabalho, Manoel Dias, de que o déficit de emprego da construção civil foi influenciado apenas pela Operação Lava Jato", que atingiu as maiores empreiteiras do país.

Segundo a entidade, a onda de demissão "não tem apenas uma variável", mas outras, entre elas o "momento econômico do país e também o atraso nos pagamentos das obras contratadas do Minha Casa, Minha Vida e do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)".

"Estamos extremamente preocupados com o desemprego no setor. Sindicatos do Brasil inteiro estão nos atualizando sobre o quadro de demissões em seus Estados e demonstram apreensão em relação ao futuro das empresas", afirmou o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Em fevereiro, a indústria da construção civil demitiu mais do que contratou 25,8 mil trabalhadores com carteira assinada, um dado negativo que, no mesmo mês do ano passado, havia sido positivo, com abertura de 25 mil vagas.

O setor tem registrado mais demissões do que contratações desde outubro do ano passado. A diferença é que, em janeiro e fevereiro de 2014, houve mais contratações do que corte de vagas, enquanto neste ano a situação se inverteu.

O ritmo de contratação na construção começou a cair a partir de abril do ano passado, quando o governo Dilma começou a atrasar seus pagamentos a empreiteiras que tocam obras do PAC e do Minha Casa, Minha Vida.

Em 2014, os atrasos ocorreram porque a equipe do então ministro Guido Mantega (Fazenda) buscava fechar o ano com superavit nas contas públicas sem formalizar oficialmente um corte de despesas do governo federal, buscando evitar notícia negativa para a presidente num ano eleitoral. No final do ano, porém, o governo acabou fechando com deficit.

Em 2015, os atrasos continuaram, agora porque o governo decidiu fazer um forte ajuste fiscal para reequilibrar as contas públicas e tentar resgatar a credibilidade junto ao mercado.

Siderúrgicas chinesas se voltam ao exterior com aumento dos problemas domésticos

24/03/2015 - Fonte: INDA

Carregadas de dívidas e enfrentando dificuldades para ganhar dinheiro à medida que a segundo maior economia do mundo perde ímpeto, as siderúrgicas da China não parecem ser candidatas óbvias para expansão no exterior.

Mas o setor de aço chinês atingido pela crise está pedindo forte apoio governamental para planos para intensificar as aquisições no exterior enquanto busca escapar de um crescimento fraco de demanda e custos ambientais cada vez mais altos no mercado doméstico.

Num esboço de um plano de reestruturação revisado para a indústria divulgado na semana passada, Pequim incluiu uma linha dizendo que apoiaria os esforços de siderúrgicas de comprar ativos no exterior, com atenção agora voltada para medidas mais detalhadas que podem ser anunciadas no decorrer do ano.

"Existe capacidade que podemos mudar para o exterior, para regiões que precisam disso como o Sudeste Asiático ou o Leste Europeu, além de lugares como a Indonésia e a África onde a demanda por aço é enorme mas a capacidade de produção é muito baixa", disse o presidente do conselho da Wuhan Iron and Steel Group, Deng Qilin.

A expansão ao exterior do maior setor de aço do mundo ofereceria alguma sustentação aos preços do minério de ferro, que despencaram para mínimas recordes neste mês com Pequim intensificando verificações ambientais que podem desativar mais usinas siderúrgicas numa indústria na qual a capacidade de produção está 300 milhões de toneladas acima da demanda.

Mudanças no Conselho da Usiminas

24/03/2015 - Fonte: INDA

A Usiminas informou ontem que acionistas minoritários da companhia indicaram Mauro Cunha, presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), para ocupar uma vaga no conselho de administração da siderúrgica mineira. Para a presidência do conselho, o grupo de investidores escolheu o nome de Marcelo Gasparino. Os dois nomes serão avaliados pelos acionistas em assembleia geral extraordinária (AGE) marcada para 6 de abril.

A proposta para a AGE pedida por minoritários liderados pelo fundo de participações L. Par, de Lírio Parisotto, indica ainda o advogado Felipe Fabro para suplente de Cunha. Fabro é membro da Federação das Indústrias do Estado de Santa de Catarina (Fiesc).

Formalmente, quem apresentou as candidaturas foi a Tempo Capital, minoritária de Usiminas, que não é acionista relevante, mas compõe o grupo de Parisotto. Os nomes de Cunha e Gasparino foram enviados na sexta-feira.

Na proposta, a Usiminas confirmou que a AGE foi convocada pelo grupo de minoritário que, além do L. Par, engloba a própria Tempo Capital, Banco Econômico, Vic Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Victor Adler (grande investidor em ações de várias empresas), José Luiz Barbosa, Thomaz de Aquino Arantes, Sankyu (empresa japonesa que está no Brasil desde 1970 e presta serviços para Usiminas e outras siderúrgicas), Hagop Guerekmezian e família, Sebastião Messias e Floriano Ribeiro Filho.

O Valor havia adiantado que o fundo de Parisotto pretendia convocar a AGE para tentar eleger um presidente ao conselho em meio à briga dos principais do bloco de controle - a japonesa Nippon Steel & Sumitomo Corporation e o grupo italiano Techint - Ternium. O conflito entre os dois acionistas já dura mais de um ano e foi parar no tribunal de Justiça. Para que os minoritários consigam eleger um outro membro ao colegiado - Gasparino já é o conselheiro indicado pelo L. Par -, precisam abrir processo de voto em separado durante a assembleia e garantir que ao menos 10% do capital social da companhia esteja presente e dê o sinal verde para o indicado. O conselho está com nove conselheiros desde a renúncia, em novembro, do representante da Previ, que vendeu suas ações para Ternium no início de outubro.

No caso do presidente do conselho, a escolha seria possível se não houver acordo entre os controladores - que incluem também a Previdência Usiminas -, de acordo com o estatuto da siderúrgica mineira. Até algumas semanas atrás, era dado como certo que Parisotto é que seria indicado a presidente do conselho. Mas a decisão recaiu sobre o nome de Gasparino, indicado pela Tempo, integrante do grupo.

Além dos candidatos apresentados pelos minoritários, a Nippon Steel confirmou os nomes que já havia entregue na semana passada. A Ternium manteve como efetivos Alcides Morgante, Daniel Agustín e Roberto Caiuby Vidigal. Seus suplentes são Honorio García Díez, Mario Giuseppe Galli e Oscar Martinez.

Crusader aguarda licença para iniciar operação em Caeté

24/03/2015 - Fonte: INDA

A Crusader do Brasil Mineração Ltda, subsidiária da australiana Crusader Resources, solicitou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) a licença de operação (LO) para iniciar a produção do seu complexo minerador destinado à produção de 400 mil toneladas anuais de minério de ferro, em Caeté (RMBH).

Atividade da indústria da construção é a menor em cinco anos, diz CNI

24/03/2015 - Fonte: INDA

Pesquisa realizada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que aumentou a ociosidade na construção civil e a atividade do setor é a menor em cinco anos. A construção também está empregando menos e sem perspectiva de elevar investimentos.

De acordo com a sondagem da CNI, o nível de atividade da construção em relação ao usual caiu para 33,2 pontos em fevereiro, número 11,7 pontos abaixo do registrado em igual mês do ano passado e o mais baixo da série histórica, que começou em dezembro

de 2009. O indicador de número de empregados também recuou 10,1 pontos em relação a fevereiro de 2014 e alcançou 36,4 pontos. É o índice mais baixo desde janeiro de 2011. Os valores da pesquisa variam de zero a cem pontos. Quando ficam abaixo dos 50 pontos, revelam queda na atividade e no emprego. Quanto mais distante da linha divisória, maior o recuo.

Conforme a CNI, o desaquecimento está cada vez mais intenso e disseminado em todos os portes e setores da indústria da construção. O nível de utilização da capacidade de operação ficou em 60%, nove pontos percentuais a menos que em fevereiro de 2014.

Infraestrutura

Dentro da sondagem da construção, o segmento de obras de infraestrutura é o que apresenta os piores resultados dentre os três pesquisados. Os outros dois são construção de edifícios e serviços especializados. A utilização da capacidade instalada em infraestrutura é a menor dentre os três, 57%, ante 58% em edifícios e 61% em serviços.

O nível de atividade está em 33,9 pontos, ante 39,2 em edifícios e 35,2 em serviços. O indicador de número de empregados também está em situação pior que os demais segmentos, com 33,2 pontos, ante 39 pontos e 39,3 pontos, respectivamente.

Expectativas

Diante desse quadro atual ruim, os empresários do setor continuam pessimistas quanto ao futuro. Em março, todos os indicadores de expectativas para os próximos seis meses ficaram abaixo da linha divisória dos 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo. O indicador de nível de atividade ficou em 42,3 pontos, o de novos serviços e empreendimentos recuou para 42 pontos e o de número de empregados caiu para 41,7 pontos.

O indicador de intenção de investimento caiu pelo sexto mês consecutivo e alcançou 34,6 pontos, o menor da série histórica, iniciada em 2013 para esse quesito. A pesquisa foi realizada entre 2 e 11 de março com 600 empresas, das quais 191 de pequeno porte, 267 médias e 142 grandes.

Construtoras mantêm foco na venda de estoques em 2015

24/03/2015 - Fonte: INDA

A deterioração do cenário macroeconômico deixa mais incerto o ambiente para lançamentos de empreendimentos imobiliários em 2015, ano em que as construtoras e incorporadas manterão o foco na venda de estoques, que ficaram praticamente estáveis em 2014.

O estoque de imóveis residenciais das cinco empresas listadas no Ibovespa - Cyrela, Gafisa, PDG, Even e MRV - totalizou 21,6 bilhões de reais no ano passado, ante 21,8 bilhões em 2013.

"O sucesso na venda de estoque deve trazer um novo ano de geração de caixa, que trará a liquidez necessária para enfrentarmos momentos de turbulência e eventualmente distribuir os recursos para os acionistas", disse a Cyrela na semana passada.

O nível ainda elevado de estoques coloca pressão adicional às margens das companhias e preços dos imóveis, cujo avanço já está abaixo da inflação na maioria das cidades.

O preço médio do metro quadrado dos imóveis anunciados em 20 cidades brasileiras subiu 0,17 por cento em fevereiro em relação a janeiro, resultado abaixo da inflação pelo segundo mês consecutivo, de acordo com o índice FipeZap Ampliado divulgado no início deste mês.

Diante de uma provável manutenção do atual cenário econômico, a Gafisa afirmou que manterá uma postura mais conservadora, com o objetivo de equilibrar a colocação de novos produtos no mercado, priorizando os de maior liquidez e garantir um "bom nível de rentabilidade".

Já a Even informou que os lançamentos de 2015 estarão concentrados no segundo semestre, permitindo que sua equipe comercial esteja focada na venda do estoque na primeira metade do ano, além de ter mais visibilidade para avaliar a estratégia de lançamentos do ano.

"Nós permanecemos com uma visão negativa já que não há nenhum estímulo positivo esperado para o setor e com o crédito imobiliário ficando mais caro e mais restrito", disse o analista do Bradesco BBI, Luiz Mauricio Garcia, em relatório divulgado ao mercado no sábado sobre os desafios macroeconômicos deste ano.

Segundo ele, o anúncio dos detalhes do programa habitacional Minha Casa Minha Vida 3 não deve ser suficiente para evitar uma desaceleração em 2015.

"O ano de 2015 será de austeridade. A empresa orçou e vai cumprir um nível de despesas em 2015 menor do que 2014", disse à Reuters Rafael Menin, copresidente da MRV, cuja maioria dos empreendimentos é elegível ao programa habitacional federal.

PIB de 2015 cai 1% apesar de revisão, prevê IBRE

24/03/2015 - Fonte: INDA

A revisão das Contas Nacionais com base em padrões internacionais pode elevar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2012 de 1% para algo entre 1,5% e 2%, mas dificilmente levará a alguma alteração significativa nos resultados de 2013 e 2014 e tampouco muda o cenário de 2015. A avaliação é do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), que mantém sua estimativa de queda de 1% para o PIB neste ano, assim como a perspectiva de estagnação para o ano passado.

Na edição de março do Boletim Macro, divulgada com exclusividade ao Valor, a coordenadora técnica do documento, Silvia Matos, e o pesquisador Vinícius Botelho observam que grande parte do maior crescimento real do PIB em 2011 - que passou de 2,7% para 3,9% - veio da revisão de 0,1% para 2,2% no avanço da indústria de transformação.

A taxa mais robusta deste componente do PIB, segundo eles, reflete a incorporação dos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), e diverge bastante da trajetória da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), que mostrou alta de 0,3% da atividade do setor.

Como, porém, a metodologia dessa pesquisa também foi alterada e, depois de então, a PIM passou a caminhar mais próxima da PIA, e o PIB de 2013 em diante já foi construído a partir da "nova PIM", o desempenho da economia naquele ano, e também em 2014, não deve ser afetado por grandes mudanças na evolução da indústria.

Isso deve ocorrer apenas em 2012, ano em que, devido à inclusão da pesquisa anual do setor nas Contas Nacionais, a queda do PIB da indústria de transformação deve diminuir de 2,4% para 1%, o que pode acrescentar 0,4 ponto à taxa de crescimento do PIB total.

"A desaceleração do período Dilma Rousseff permanece, mas talvez fosse um pouco pior sem a incorporação das mudanças metodológicas no PIB", diz Silvia. Em seus cálculos, após as alterações no sistema de Contas Nacionais, a média anual de crescimento econômico no primeiro mandato da presidente pode aumentar de 1,6% para 2%, mas a melhora deve ficar concentrada nos anos de 2011 e 2012, o que acentua a perda de fôlego da atividade no período recente.

Para ela, a expansão um pouco maior registrada de 2011 a 2014 não é muito relevante e não muda o histórico de deterioração da política econômica no último quadriênio, processo que levou ao aumento da inflação e do déficit em transações correntes mesmo em meio a um quadro de desaquecimento da atividade. Esses desequilíbrios começaram a ser corrigidos agora, mas não serão totalmente revertidos em apenas um ano, avalia Silvia.

Depois da estabilidade prevista para o PIB em 2014 - a melhora na trajetória da construção civil como resultado das revisões metodológicas pode acrescentar, no máximo 0,2 ponto ao resultado -, o Ibre segue trabalhando com retração de 1% para a atividade neste ano.

A coordenadora pondera, no entanto, que as perspectivas para este ano na verdade pioraram: a previsão anterior de queda foi mantida, mesmo depois de o instituto transferir a expectativa de racionamento de 5% do consumo de energia de 2015 para 2016.

Segundo a economista, a probabilidade de uma restrição energética diminuiu devido ao forte aumento previsto para as tarifas de eletricidade, de cerca de 60%, e ao quadro recessivo, que deve levar a um recuo de 0,6% do consumo das famílias.

Em 2016, porém, o uso de fontes energéticas mais caras para evitar o racionamento agora vai gerar correções ainda mais proibitivas nas contas de luz, o que tende a enfraquecer o consumo e os investimentos, ao mesmo tempo em que o problema estrutural de redução da oferta não será sanado.

Além da questão energética, a pesquisadora do Ibre acrescenta que a Petrobras "é outro elefante na sala do governo" que ainda deve atrapalhar o crescimento mesmo após 2015. "Mesmo que a questão fiscal seja resolvida, "não consigo ver um cenário de crescimento em 2016 com todos os indicadores melhorando".

Mercado começa a tirar o racionamento do cenário

24/03/2015 - Fonte: INDA

O discurso propalado pelo governo nos últimos meses, de que não deve ser preciso adotar racionamento de energia este ano, começa a ganhar eco entre importantes participantes do mercado.

Grandes bancos de investimento e consultorias econômicas estão convencidos de que é cada vez menor a probabilidade de ser decretado o corte compulsório de consumo de eletricidade.

A expectativa, de acordo com relatórios divulgados nos últimos dias por BTG Pactual, J.P. Morgan e Bank of America Merrill Lynch (BofA), deve-se à melhora do regime de chuvas, à previsão de entrada em operação de novos projetos de geração ao longo do ano e, principalmente, à queda do consumo de energia.

Para o J.P. Morgan, esse cenário reduz o risco de racionamento inclusive para o próximo ano. "A combinação de um consumo de energia mais fraco, ocorrido por um aumento da tarifa e uma campanha de racionalização, melhor hidrologia e a partida de nova capacidade nos próximos meses deve expandir as margens de reserva reduzindo risco de racionamento para 2016", afirma o banco, em relatório a clientes assinado pelos analistas Marcos Severine, Henrique Peretti e Carolina Yamaguchi.

"A probabilidade de um racionamento é cada vez menor, já que atingir a meta de 30% [do nível de estoque] dos reservatórios no final de abril parece muito provável", afirmam Antônio Junqueira, João Pimentel e Julia Ozenda, que assinam o relatório do BTG Pactual.

A opinião do banco está em linha com a visão do BofA. "Os receios de implementação obrigatória de um racionamento de energia parecem ter ficado menores, mas não por uma boa razão, isso é atribuído mais ao enfraquecimento da economia e à redução subsequente na demanda, e não a uma melhora nas perspectivas de abastecimento hídrico", afirma relatório assinado por Felipe Leal e Luiz Antonio Leite.

"Não é um motivo nobre, mas, na prática, vamos escapar desse racionamento por causa de uma perda de dinamismo da economia, em particular do segmento industrial", afirmou Fabio Silveira, diretor de Pesquisas Econômicas da consultoria GO Associados, para quem o consumo de energia no setor industrial vai recuar 3% em 2015, em comparação com 2014.

Para o economista Francisco Lopes, sócio da consultoria Macrométrica, um racionamento pode ser evitado pelo movimento de correção do valor real da tarifa de energia elétrica desde 2014, o chamado "realismo tarifário".

Segundo ele, boa parte da crise energética atual não deve ser creditada à seca, mas à política de redução de valor real das tarifas de energia. "Pode-se concluir então que a correção do valor real dessas tarifas para o nível de 2012, o que praticamente já ocorreu, deve resolver boa parte do problema", explicou ele.

A avaliação dos grandes bancos e consultorias de investimentos está em linha com análises recentes feitas pelo banco Brasil Plural, a consultoria Tendências e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), em reportagem recente publicada pelo Valor.

Segundo o Ibre-FGV, a alta de 60% do preço da tarifa residencial neste ano deve levar a uma redução de demanda de 7% a 10% por unidade consumidora. Em entrevista concedida ao Valor, o ex-diretor do Banco Central e sócio do Brasil Plural, Mário Mesquita, afirmou que o uso de térmicas e a melhora do regime de chuvas pode evitar o "aperto quantitativo" da demanda, que também pode já estar sendo feito via preço.

Na última semana, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reduziu, de 83% para 80% da média, a previsão de chuvas para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, em março.

O órgão também reviu, de 29,8% para 28,9%, a expectativa de nível dos reservatórios das usinas das duas regiões no fim deste mês. Na próxima sexta-feira, é esperada a primeira divulgação oficial do operador sobre a previsão do regime de chuvas para abril e

do nível de armazenamento nos reservatórios para o fim do próximo mês, quando termina o período chuvoso.

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, tem dito que é preciso chegar a 30% de estoque no fim de abril, para evitar um racionamento este ano, considerando que o nível de armazenamento das usinas recua, em média, 20 pontos percentuais durante a estação seca, entre maio e novembro, chegando ao fim do período com 10%, considerado limite mínimo de operação das hidrelétricas.

De acordo com o ONS, porém, seria necessário um volume de chuvas de 85% do histórico para março e abril no Sudeste e Centro-Oeste para que os reservatórios alcancem 35% de armazenamento no fim do período chuvoso.

Com isso, considerando um regime de chuvas de 70% da média histórica entre maio e novembro, os lagos das usinas chegariam ao fim do período seco com 10% de armazenamento. O órgão, no entanto, já projeta uma queda da ordem de 3 pontos percentuais sobre a previsão de crescimento do consumo de energia em 2015, passando para apenas 0,2% sobre 2014.

Com isso, seria preciso um volume de chuvas de 74% do histórico para março e abril, fazendo com que os reservatórios cheguem no fim do período úmido com 31% da capacidade. As estimativas do ONS estão no mesmo patamar das previsões do instituto de meteorologia Climatempo. Segundo o meteorologista Alexandre Nascimento, o regime de chuvas no Sudeste deve ficar entre 80% e 85% da média em março e cerca de 80% em abril.

Com isso, diz ele, os reservatórios hidrelétricos devem terminar o período úmido com estoque de 30% a 32%. "A primeira semana de abril deve fechar acima de 100% da MLT [média de longo termo, ou média histórica de energia natural afluyente, volume de energia que pode ser produzido a partir das chuvas]", afirma Nascimento. "Mas a expectativa para o mês de abril é de pouca chuva.

A partir da segunda semana, a chuva vai ser bem escassa", completou. As previsões preliminares do Climatempo para o regime de chuvas para os primeiros meses do período seco no Sudeste são de 77% da média histórica para maio, 68% para junho, 1% acima da média para julho e 98% do volume histórico para agosto.

Duas importantes consultorias do setor elétrico, PSR e Thymos Energia, porém, contestam a política operativa do governo e avaliam que seria necessário um racionamento de energia este ano.

Para a Thymos, que projeta risco de racionamento de 60%, a decisão do governo de não fazer um programa de corte compulsório da demanda pode levar a uma operação do sistema com sérias restrições no futuro. Para a PSR, é de 37% o risco de chegarmos a novembro com os reservatórios abaixo do limite prudencial de 10% no subsistema Sudeste/Centro-Oeste.

O cálculo, incluído em relatório distribuído a clientes na semana passada, foi feito a partir de simulação dos cenários hidrológicos para os próximos meses, considerando agravantes, como atrasos adicionais nas obras de novas usinas e ineficiência das turbinas de hidrelétricas em operação.

No documento, a PSR contesta a versão difundida pelo governo de que o sistema de geração atravessa a pior crise hídrica dos últimos 100 anos e demonstrou robustez ao ter conseguido driblar condições supostamente tão adversas. De janeiro de 2012 a dezembro

de 2014, o armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas saiu do nível mais alto para o nível mais baixo registrado na série histórica de 81 anos. O triênio 2012–2014, porém, foi o 16º mais seco da história e desautorizaria a explicação oficial.

"Os fatos mostram que as afluições dos últimos anos foram apenas uma 'turbulência moderada', e não um furacão inédito", diz o boletim "Energy Report", da PSR. Para a consultoria, isso evidencia que o problema é estrutural (falta de capacidade de geração) e não conjuntural (escassez de chuvas).

Indústria ainda está insegura para retomar exportações, avalia Abimaq

24/03/2015 - Fonte: R7

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza, afirmou nesta segunda-feira, 23, que a indústria de transformação e de bens de capital ainda está insegura para retomar as exportações, diante da instabilidade da moeda norte-americana. Segundo ele, o processo para que a indústria brasileira reconquiste as exportações é lento e ainda passa pela retomada da confiança perdida junto ao cliente externo.

"Reconquistar as exportações é um processo lento, porque a indústria não reage como a venda de commodities, por exemplo, que tem um resultado imediato. É preciso reconquistar clientes e passar a segurança de que os preços vão permanecer competitivos", afirmou. "O fabricante precisa ter a confiança na estabilidade do dólar e isso ainda não temos. É preciso certa segurança no andamento do câmbio brasileiro e isso levará meses", completou.

Segundo Pastoriza, se o dólar seguir no atual patamar, acima de R\$ 3, ou mesmo subir, o aumento das exportações do setor de máquinas e equipamentos só será sentido em 2016. Além da retomada da competitividade externa e dos clientes, será necessário remontar as estruturas no exterior. "Após reconquistar o cliente, é preciso montar uma estrutura para repor peças e ainda treinar pessoas para a manutenção lá fora. É um trabalho que demora mais de um ano para ter efeito", ratificou o presidente da Abimaq.

Pastoriza admitiu que a alta do dólar traz uma retomada imediata da competitividade das indústrias brasileiras no mercado interno. No entanto, essa competitividade é limitada pelo aumento nos custos de componentes importados - que substituíram totalmente os nacionais no processo fabril - e ainda pelo aumento nos preços da energia elétrica e do diesel.

A alta dos juros é outro complicador. "O tarifaço do governo e o aumento dos juros amortecem os ganhos de competitividade gerados pelo dólar no mercado interno", concluiu o presidente da Abimaq.

Máquinas em compasso de espera

24/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Considerado um termômetro dos investimentos em construção e infraestrutura no país, o setor de máquinas e equipamentos tem um ano desafiador pela frente. Somados, o período pós-eleitoral, os escândalos da Operação Lava Jato - que envolve grandes empreiteiras - e a crise de confiança dos empresários em consequência da estagnação da economia brasileira paralisaram grandes investimentos e colocaram as empresas do setor em compasso de espera.

Após o recuo das vendas em 2014, a expectativa é de estabilidade em 2015 e retomada do crescimento a partir de 2016. Em Curitiba para conversar com clientes sobre os lançamentos New Holland Construction no Brasil, Nicola D'Arpino, vice-presidente da marca para a América Latina, falou à Gazeta do Povo sobre as perspectivas do setor neste ano. Apesar do momento incerto, ele garante que empresa seguirá investindo no Brasil.

Qual é o cenário para o setor de máquinas e equipamentos em 2015?

De 2006 para 2013 passamos de cerca de 7 mil unidades para 30 mil equipamentos vendidos. Historicamente, os anos pós-eleições são de ajustes, com um primeiro semestre naturalmente mais fraco. Apesar desta peculiaridade, o setor espera vender neste ano 21 mil equipamentos contra 25 mil equipamentos vendidos em 2014.

Obviamente existe uma retração no mercado, motivada pela incerteza em relação ao cenário econômico. Não há dúvida de que este é um momento desafiador. Porém, falando especificamente da New Holland Construction, nossos planos são sempre de longo prazo.

Queremos manter o mesmo resultado do ano passado, quando tivemos crescimento de 1,3% de market share no mercado. Nicola D'Arpino, vice-presidente da New Holland para a América Latina.

Qual a previsão de crescimento da empresa para este ano?

Excluindo os volumes adquiridos pelo governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esperamos uma estabilidade dos números em relação a 2014. Queremos manter o mesmo resultado do ano passado, quando tivemos crescimento de 1,3% de market share no mercado.

E a expectativa de vendas?

Estamos prevendo vender entre 2,5 mil e 2,8 mil máquinas neste ano. Os três primeiros meses do ano começam sempre em baixa. Geralmente, o pico de negócios ocorre de junho a setembro.

Que setor deve puxar os investimentos neste ano?

Dois setores ligados à energia: a área de construção de linhas de transmissão, que ligam grandes hidrelétricas aos centros de distribuição, e o setor de biomassa. Além disso, temos em junho uma grande feira do setor de construção da América Latina, a M&T Expo 2015, que acontece em São Paulo e promete gerar um bom volume de negócios.

A promessa de ajuste fiscal vai prejudicar os investimentos do governo no setor de máquinas e equipamentos?

Há muita incerteza. Nos últimos três anos o investimento do governo por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para a questão de mecanização impulsionou o setor. Entre 25% e 30% do faturamento do setor vêm de negócios fechados com o governo. Diante do momento econômico e da promessa de ajuste fiscal, é uma incógnita saber se esses investimentos vão ou não continuar.

O financiamento de até 40% do equipamento para o cliente, por meio do banco CNH Industrial, é uma estratégia para incentivar investimentos?

A necessidade de equipamento existe. O financiamento via banco CNH começou em meados de fevereiro deste ano e os processos ainda estão na fase de análise e aprovação,

que demora mais ou menos 60 dias. A grande vantagem é que o cliente paga em 12 vezes a entrada e tem carência de 15 meses para começar a pagar o financiamento. É uma forma de tentar melhorar o caixa do nosso cliente.

A empresa tem novos lançamentos. Apesar do cenário, a empresa vai manter os investimentos?

São três novos lançamentos no 1.º trimestre. Do ponto de vista dos equipamentos, os nossos planos de investimento vão de cinco a 10 anos. Apesar do momento desafiador, acreditamos no desenvolvimento do Brasil.

Portos: investimentos suspensos

24/03/2015 - Fonte: Diário da Manhã

Levantamento feito pela empresa R. Amaral e Associados - Consultoria, Pesquisa e Análises de Dados, de Santos, mostra que o governo federal reduziu sensivelmente as dotações orçamentárias para as companhias docas. A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que administra o porto de Santos, por exemplo, que teve uma dotação de R\$ 545,9 milhões no Orçamento da União de 2014, neste ano foi contemplada com apenas R\$ 156,5 milhões.

Para piorar, como já se tornou tradição no País, a ineficiência governamental está cada vez mais presente: dos R\$ 545,9 milhões que tinha à disposição em 2014, a Codesp só conseguiu gastar R\$ 272,8 milhões, ou seja, 50%. Isso significa que, em 2015, cerca de R\$ 78 milhões deverão ser gastos em obras de infraestrutura no Porto de Santos. Ou menos.

Até porque, diante dos cofres vazios do governo federal, o porto santista corre o risco de ser obrigado a interromper a implantação e a ampliação das avenidas perimetrais das margens direita, em Santos, e esquerda, em Guarujá, a construção de um píer e dois berços de atracação na Alemoa, a dragagem e o reforço do cais entre os armazéns 12A e 23, entre outras obras.

Se para o porto de Santos e demais portos brasileiros, faltam recursos para a execução de obras, em Cuba a empreiteira Odebrecht começa neste mês a reforma e ampliação do terminal três do Aeroporto de Havana, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), crédito oferecido pelo governo brasileiro diretamente ao governo cubano no valor de US\$ 150 milhões.

É verdade que os recursos liberados pelo governo brasileiro serão gastos obrigatoriamente no Brasil, com empresas que exportarão bens e serviços brasileiros para a construção das obras do Aeroporto em Havana. Mas, se os recursos tivessem sido dirigidos a obras em aeroportos, portos ou rodovias no Brasil, igualmente seriam gastos aqui.

Como se sabe, além das obras no Aeroporto de Havana, o BNDES está financiando a ampliação do porto cubano de Mariel a um custo de US\$ 802 milhões, igualmente com insumos brasileiros, além de projetos para a colheita mecanizada de açúcar, colheita de arroz, projetos de turismo, compra de veículos e financiamento para a indústria farmacêutica local.

No Uruguai, o governo brasileiro também está financiando, por meio do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, 80% da construção em mar aberto do porto de

Rocha, que, quando pronto, deverá tirar carga dos portos do Rio Grande e outros da região Sul brasileira.

Ao justificar a aplicação de recursos em obras no exterior, o governo brasileiro costuma alegar que são investimentos em operações "ganha-ganha", argumentando que o dinheiro volta por meio das empresas brasileiras contratadas para fazer as obras, que precisam comprar seus insumos no Brasil.

Só não se sabe até agora se esses compromissos serão afetados pela disposição do governo federal de fazer cortes nos gastos públicos. Como são compromissos internacionais, provavelmente, não serão atingidos. E, assim, no Brasil, os portos, aeroportos e rodovias - muitas das quais, hoje, são verdadeiras paisagens lunares - continuarão à espera de melhorias.

Comitê organizador dos Jogos Olímpicos está cadastrando fornecedores

24/03/2015 - Fonte: Agência FIEP

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016 pretende investir cerca de R\$ 3 bilhões em compras para a organização e realização dos eventos. Deste total, 10% será destinado às negociações com as micro e pequenas empresas.

O projeto que prevê o incentivo a fornecedores nacionais foi firmado entre os organizadores dos jogos e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e foi batizado de "Indústria Campeã".

A parceria conta com o apoio das federações de indústrias estaduais. No Paraná, a ação tem o apoio da gerência da Central de Relações com Sindicatos e Coordenadorias da Fiep.

"Estamos prontos para tirar dúvidas e incentivar o industrial paranaense a participar deste importante momento. E é, sem dúvida, uma grande oportunidade para os pequenos e micro, que conseguiram a garantia de um percentual de participação", avaliou Cida Lopes, gerente responsável pelo projeto na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

No portal de suprimentos do RIO 2016, os interessados encontram as regras para participar do processo de concorrência e o Guia da Cadeia de Suprimentos Sustentáveis dos Jogos. O guia lista as certificações que os organizadores consideram diferenciais competitivos nos processos de avaliação, como a ISO 20121 - de Sustentabilidade na Gestão de Eventos, utilizada pela primeira vez nos Jogos Olímpicos de Londres.

No portal "Indústria Campeã", estão publicados os links para as indústrias que queiram participar

portaldaindustria.com.br/cni/iniciativas/programas/acordo-rio-2016/2014/10/1,48897/acordo-rio-2016.html.

Os Jogos Olímpicos RIO 2016 serão realizados de 5 a 21 de agosto de 2016 e os Jogos Paraolímpicos serão de 7 a 18 de setembro de 2016. Os eventos deverão reunir cerca de 500 mil turistas, mais de 10 mil atletas de mais de 200 países e mais de 88 mil profissionais, entre funcionários, voluntários e terceirizados.

Confiança da indústria cai mais de 8% de fevereiro para março, segundo FGV

24/03/2015 - Fonte: Agência Brasil

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) caiu 8,2% de fevereiro para março deste ano, considerando os dados livres de influência sazonal. O resultado consta da prévia de março da Sondagem da Indústria de Transformação, divulgada hoje (24), pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Dados livres de influência sazonal são informações que não abrangem o consumo típico de feriados ou datas festivas ou produtos agrícolas disponibilizados na safra.

Com o resultado, o índice atingiu 76,2 pontos, o menor nível desde fevereiro de 2009 (75,4). Segundo o Ibre, o resultado de março foi influenciado pela piora tanto das avaliações sobre o momento presente quanto das expectativas em relação aos meses seguintes.

O Índice da Situação Atual (ISA) apresenta recuo de 9% em relação a fevereiro, atingindo 76,4 pontos, o menor nível desde janeiro de 2009 (75,6). O Índice de Expectativas (IE) registra queda de 7,2%, alcançando 76 pontos, o menor patamar desde março de 2009 (75,8).

O resultado preliminar do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) indica queda de 0,8 ponto percentual, de fevereiro para março, ao passar de 81,6% para 80,8%, o menor nível desde julho de 2009 (79,9%).

Para a prévia de março de 2015 foram consultadas pelo Ibre 782 empresas entre os dias 3 e 19 deste mês. O resultado final da pesquisa será divulgado na próxima terça-feira (31).

Tombini: setor industrial deve sofrer contração em 2015, serviços devem ter alta modesta

24/03/2015 - Fonte: Reuters

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, disse nesta terça-feira que expectativa em 2015 no Brasil é que haja expansão do setor agropecuário e alta modesta em serviços, com queda do setor industrial.

Segundo o presidente da autoridade monetária, o investimento deve ter contração no país em 2015. Quanto ao mercado de crédito brasileiro, a tendência de desaceleração deve ser mantida, completou Tombini, com menor participação do crédito ao consumo e aumento do crédito imobiliário.